

A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA: ASPECTOS DA INTERAÇÃO SOCIAL¹

Jaqueline da Cruz Santos
Lívia Melo de Araújo Menezes
Márcia Cristiane Mota Rosa

RESUMO

Nos dias atuais o tema inclusão escolar na rede regular de ensino, vem trazendo à tona uma série de sucessivas discussões, pertinentes a esse novo olhar, a esse novo paradigma social, em especial referente às crianças com a Síndrome de Down. Este artigo tem como objetivo principal verificar como se dá o processo de interação social destas crianças no âmbito escolar. Através de análises bibliográficas e pesquisa de campo, tornou-se possível constatar que quanto mais o portador da Síndrome de Down, interage com o meio, melhor seu sistema cognitivo se desenvolve, reforçando assim para nós docentes, a importância de interagir com essa clientela e contribuir para a inserção da mesma na educação, a base da formação escolar do indivíduo.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Educação. Interação Social.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela Profa. Msc. Rita de Cássia Dias Leal e coorientado pela Profa. Maria José de Azevedo.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down, também conhecida como SD, é uma deficiência caracterizada por um problema genético manifestado durante a formação da criança ainda no ventre materno. Esta é considerada a mais comum das anomalias genéticas e das deficiências mentais. Segundo Kirk e Gallagher a Síndrome de Down - SD: “É um acidente genético que ocorre a cada 1 ou 2 nascimentos em 1000.” (1996, p. 130).

O indivíduo que apresenta tal deficiência possui determinadas características físicas e mentais, que apresentam algumas diferenças em relação às crianças "ditas normais". Ela também é conhecida pelo termo, hoje considerado pejorativo e inadequado, “mongolismo”, pois as crianças portadoras de tal deficiência apresentam características que lembram os habitantes da Mongólia.

O desenvolvimento cognitivo da criança portadora da SD se diferencia em pouca coisa do desenvolvimento das demais, sendo que dessa maneira ela pode frequentar uma escola pública de ensino regular, pois, a experiência que ela irá adquirir ao conviver com outras crianças, contribuirão para o seu desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e psicossocial.

Partindo do pressuposto, o presente artigo tem como objetivo geral, verificar o comportamento da criança portadora dessa síndrome, no cotidiano da escola, inclusive em sala de aula, e a interação das mesmas com todos os indivíduos da classe escolar, os professores, os colegas e a equipe diretiva, clarificando para os profissionais da educação a importância da inclusão social da criança portadora da Síndrome de Down, no ambiente escolar.

A inclusão da criança com Síndrome de Down - SD no âmbito escolar é de grande importância para a educação, pois é um direito garantido a todos por Lei, sem diferenciação de cor, etnia, religião ou qualquer tipo de necessidade especial.

A escola deve proporcionar para a criança portadora da Síndrome de Down, um local em que as diferenças devam ser atendidas e respeitadas por todos, independentemente de serem ou não, portadoras da Síndrome de Down, ou não.

É fato que a criança com Síndrome de Down - SD poderá apresentar um nível de dificuldade elevado na hora da aprendizagem. Tratando-se do desenvolvimento escolar, afirmamos que há necessidade de sérios investimentos financeiros,

materiais e pedagógicos para a formação do educador e de todos os envolvidos no processo educativo para contribuir e favorecer a aprendizagem.

Buscamos compreender melhor a criança com Síndrome de Down - SD, na escola e para atingir o nosso objetivo, o artigo foi elaborado através de um estudo bibliográfico, acoplado à pesquisa de campo.

Segundo Gonçalves (2005), a pesquisa bibliográfica é o primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa, cuja finalidade é conhecer as diferentes contribuições sobre o assunto que se pretende estudar. Este artigo foi embasado através de estudo bibliográfico atrelado a pesquisa de campo, onde podemos compreender melhor a criança com Síndrome de Down na escola, onde o resultado da pesquisa possibilitaria aos professores a compreenderem a importância e a necessidade da criança portadora dessa síndrome no âmbito escolar.

A pesquisa de campo foi desenvolvida na Escola Projetista. A Escola fica localizada na Cidade de Aracaju, na Rua G, nº 59, no Conjunto Bugio. Foram coletados os dados através da entrevista dirigida, com o intuito de verificar a interação da criança com SD com o professor e seus colegas de classe, pois acreditamos que com os dados coletados através da entrevista dirigida, as atitudes e as opiniões serão captadas. Observamos nesta escola uma turma com 25 alunos, sendo um deles portador da Síndrome de Down.

O desenvolvimento deste artigo organiza-se em dois tópicos. O primeiro enfatiza as características da Síndrome de Down e os comportamentos da criança portadora. No segundo tópico, a interação social dos alunos com Síndrome de Down no âmbito escolar, é abordada mediante análises teóricas e as experiências práticas na escola.

2 A SÍNDROME DE DOWN

Os trabalhos sobre Síndrome de Down surgiram há muitos anos, por volta do século XIX, e a cada dia novos estudos aparecem com propostas inovadoras sobre o assunto. Através de pesquisas realizadas sobre a evolução dos estudos sobre a Síndrome, encontramos um fato muito interessante que é a imagem que a sociedade por muitos anos postulou aos sindrômicos.

A criança com Síndrome Down era considerada como retardada, incapaz e em algumas sociedades era até mesmo considerada como monstro ou filho do demônio. Segundo Schwartzman (1999, p. 3-4), na Idade Média, os portadores de deficiências foram considerados como produto da união entre uma mulher e o demônio.

No entanto, o autor descreve que, atualmente sabemos que a Síndrome trata-se de uma alteração genética e que os portadores da Síndrome, embora apresentem algumas dificuldades, podem ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que qualquer outra pessoa.

Indivíduos com Síndrome de Down podem apresentar algumas ou todas as características ligadas ao distúrbio. Entre elas estão:

- O comprometimento intelectual;
- Dificuldades motoras e na articulação da fala;
- Rosto arredondado;
- Mãos e orelhas pequenas,
- Olhos semelhantes aos de orientais;
- São mais suscetíveis a determinadas doenças.

A trissomia do 21, também conhecida como Síndrome de Down, é uma anormalidade cromossômica caracterizada por uma série de sinais e sintomas Kirk e Gallagher (1996, p.135). Em 1959, o médico Lejeune e colegas, além de vários outros grupos, confirmaram que a maioria dos pacientes com a Síndrome de Down, possui 47 cromossomos, diferenciando-se dos indivíduos “normais” que possuem apenas 46 cromossomos, ela é a mais comum das anomalias genéticas e das deficiências mentais.

A Síndrome de Down é uma alteração genética que ocorre na formação do feto, mais especificamente no período de divisão celular. A maioria dos casos de portadores da trissomia 21 é causada pela não disjunção, resultando em um cromossomo extra. Os demais pacientes possuem anormalidades cromossômicas que apresentam um número normal de cromossomo, porém a alteração é do tipo translocação, e mosaïcismo, o qual, algumas células possuem o cariótipo normal, contendo aberrações cromossômicas, no entanto este tipo é raro com ocorrência aproximada de 1 a 2% (SASSAKI, 2003).

Não negamos a afirmação de que o Down apresenta algumas limitações e até mesmo precise de condições especiais para aprendizagem, porém enfatizamos que estes, através de estimulações adequadas podem se desenvolver especialmente se estiverem matriculados na escola regular de ensino.

De acordo com Schwartzan (1999) a Síndrome de Down é uma herança genética, que algumas pessoas consideravam ser uma doença e com o passar dos tempos passou a ser reconhecida como uma deficiência genética. Hoje, a pessoa com a síndrome de down é aceita com menos preconceito por educadores que trabalham o processo de inclusão em escolas públicas e privadas, inserindo a criança no convívio escolar respeitando os seus limites.

As características de interação social da criança com Síndrome de Down é muito semelhante as das outras crianças. Ela deve se socializar com as outras crianças dentro e fora da escola.

Segundo Mantoan (2001) seria ingênuo pensar que só a integração escolar produzirá, automaticamente, a total integração social dos portadores de deficiência, pois os mecanismos segregacionistas estão de tal forma, sedimentados em nossa sociedade, que demorará muito tempo para serem, pelo menos, minimizados. Apesar da base da integração ser o princípio de normalização, a mesma não é específica da vida escolar. Contudo atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, seja ela afetada ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação. Temos que reconhecer que os primeiros passos já estão sendo dados, e que a sociedade já está mais esclarecida.

A criança com esta síndrome deve interagir com todos, despertando e incentivando o seu desenvolvimento intelectual e emocional. Todas elas devem ter a oportunidade de interação com outras crianças e com adultos, fora do contexto familiar.

3 A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA

O Censo Escolar da Educação Básica é o mais importante levantamento estatístico educacional brasileiro sobre todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Compõe um quadro detalhado sobre alunos, docentes, escolas e turmas, incluindo os dados levantados sobre a Educação Especial. Estes dados são fundamentais para a formulação de políticas educacionais nas três esferas de governo, para elaboração de novos diagnósticos sobre a educação no Brasil e constituem a base de cálculo dos coeficientes para a distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, bem como dos programas educacionais do MEC.

A Educação Especial Brasileira vem evoluindo de forma bastante perceptível, conforme dados que foram divulgados pelo Ministério da Educação e Cultura. Ao ingressarmos nos colégios podemos constatar que as crianças com deficiência permanecem, ultimamente, matriculadas em número cada vez maior nas classes regulares de ensino. Essa é uma realidade constatável e perceptível.

Com uma maior conscientização da sociedade, percebemos que a inclusão torna-se cada vez mais presente e menos assustadora para a família e para a escola, educadores e outros servidores.

A tabela a seguir, demonstra o crescimento da educação especial no período de 2000 a 2010, considerando os indicadores de implementação da política de inclusão escolar:

CENSO ESCOLAR/INEP

Indicadores Censo Escolar/INEP	2000	2010	Crescimento %
Municípios com matrículas de alunos público alvo da Educação Especial	3.401	5.497	61,6%
Matrículas de alunos público alvo da Educação Especial na Rede Pública.	208.586	532.620	155,3%
Matrículas de alunos público alvo da Educação Especial no Ensino Regular	81.695	484.332	492,8%

Escolas Comuns com matrículas de alunos público alvo da Educação Especial	13.087	85.090	550%
Escolas públicas com acessibilidade	6.770	28.650	323%

Fonte: Ministério da Educação: PNE 2011-2020

Ainda conforme o mesmo documento do MEC/2010, de 2000 a 2010 houve um aumento de 484.332% nas matrículas do público de Educação Especial em classes comuns do ensino regular, representando 69% do total da matrícula desta população.

Este crescimento ocorre a partir do apoio à promoção da acessibilidade na escola, alcançando 83% dos municípios brasileiros, por meio da implantação de salas de recursos multifuncionais para a oferta do atendimento educacional especializado em 42% dos estabelecimentos de ensino com matrículas de estudantes público alvo da Educação Especial. Além disso, 28% dos prédios escolares foram adequados para atender aos requisitos de acessibilidade arquitetônica e foi implementada a rede nacional de formação continuada de professores na Educação Especial, por meio da Universidade Aberta do Brasil - UAB. (BRASIL, 2010)

Porém, é urgente que se conjecture, se a inserção desses educandos é também por uma garantia de seus direitos, que são reivindicados por suas famílias, do que por uma concordância e autêntica transformação no pensamento e caráter da sociedade, especificamente daqueles que estão abertamente conectados à ação educacional.

Conforme a Declaração de Salamanca (1994), todas as crianças com necessidades especiais tem direito educação. Cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades.

A presença da criança na escola regular, sem dúvida é um momento de extrema importância. A partir desta ocorrência, dá-se início a uma jornada de

acontecimentos e oportunidades de convívio em um mundo totalmente novo e diferente.

No âmbito escolar, a Síndrome de Down, ainda é um tema bastante discutido, em especial na aprendizagem dessas crianças portadoras dessa Síndrome.

De acordo com Martins (2002), o índice de evasão e de repetência, está diretamente ligado à situação atual das escolas, que não dispõem de um atendimento adequado as crianças de um modo geral.

Esta falta se dá com maior frequência entre as pessoas portadoras de deficiência, que necessitam de maior atenção. A Criança Down apresenta retardo mental leve ou moderado, dificultando assim o aprendizado, o que não quer dizer que seja incapaz de aprender e a frequentar a escola.

Segundo Mantoan (2001), a inclusão da criança com Síndrome de Down, não implica no aproveitamento das demais crianças. Com a diversidade do meio social e, especialmente no ambiente escolar, é fato determinante o enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que nele interagem. Pois a inclusão,

Valoriza a pessoa com necessidades educativas especiais enquanto um ser humano normal dotado de sentimentos, de desejos e de elaborações mentais. Sob esta perspectiva, a limitação passa a ser vista como uma das características do indivíduo e jamais como referência de quem ela é, pois a deficiência é uma característica da pessoa, sendo considerada parte dela, e não que a pessoa seja sua deficiência. (GUEBERT, 2007, p.37)

É imprescindível que os alunos se sintam motivados, e que os mesmos tenham condições de buscar a informação, não apenas esperando recebê-las do professor, ou seja, a instituição de ensino terá que fazer projetos de trabalho de forma que se preparem para receber a criança Down (SASSAKI, 2003).

Contudo, existe ainda um preconceito muito grande por parte das pessoas em relação à aceitação das crianças com algum tipo de deficiência na escola, seja por falta de conhecimento ou preparação ao receberem crianças com Síndrome de Down, no âmbito educacional. Considerando a aprendizagem um processo complexo, é imprescindível que se entenda que cada indivíduo tem o seu ritmo e que o indivíduo portador da síndrome possui de forma natural uma desvantagem em relação às outras crianças, tornando assim o trabalho de aprendizagem um tanto quanto mais complexo.

A criança com a Síndrome de Down apresenta cognitivamente uma idade mental ou cronológica que se difere da idade que de fato elas possuem dessa forma o profissional não poderá esperar um retorno idêntico do aprendizado, nem comparar as respostas aos estímulos da mesma forma das crianças ditas ' normais', que não apresentam nenhum tipo de dificuldade na aprendizagem.

Ao ingressarmos nos colégios podemos constatar que as crianças com deficiência permanecem, ultimamente, matriculadas em número cada vez maior nas classes regulares de ensino. Essa é uma realidade constatável e perceptível.

É muito importante pensar e repensar se a inclusão das crianças com Síndrome de Down encontra atualmente os recursos imprescindíveis para que seja uma realidade na prática escolar cotidiana, para além das estatísticas.

A inclusão dos portadores de Síndrome de Down tem se configurado como um processo complexo, pois o trabalho pedagógico a ser desempenhado exigirá do professor mais formação, para conhecer as especificidades necessárias à organização do processo de ensino-aprendizagem que possibilite atender as necessidades educacionais de cada aluno, respeitando suas particularidades.

Este processo irá requerer uma série de estratégias sistemáticas, planejadas, avaliadas que contemplem este aluno. É da escola, a responsabilidade de primar por uma educação para o desenvolvimento integral do ser humano; a educação inclusiva defende que o aluno com deficiência seja formado mediante este princípio.

Conforme Voivodic (2004) relações de amizade além de proporcionarem às pessoas proteção, apoio e sensação de bem-estar potencializam os seus desenvolvimentos linguístico e social. Declara que relacionamentos de amizade têm uma importância singular para o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais, visto que as outras pessoas podem servir de modelos para a aprendizagem de regras sociais, e assim facilitar o acesso e a permanência de pessoas com necessidades especiais em diferentes contextos sociais.

Corroborando esta ideia Martins (2002, p. 48) salienta que a escola proporciona, ainda, interações sócias ricas e variáveis com as próprias crianças e com os adultos, de uma maneira mais organizada e sistemática, proporcionando maiores condições para a aprendizagem infantil.

Dessa maneira, a caracterização das interações entre alunos com Síndrome de Down, inseridos no sistema regular de ensino, e seus colegas de turma constitui ponto de partida promissor para o planejamento e aperfeiçoamento.

No entanto, para os alunos com deficiência, a escola parece não contemplar sua integralidade, ainda vive-se numa perspectiva integracionista na qual basta à criança estar na escola. São comuns situações nas quais estes são considerados incapazes ou os docentes se conformarem com a falta de recursos para o processo de ensino aprendizagem.

Na sociedade as pessoas com síndrome de Down ainda são vítimas de preconceitos, taxadas de incapazes, impotentes. Isso ainda ocorre mesmo com a sociedade já tendo testemunhado pessoas com a deficiência formando-se, trabalhando, constituindo suas famílias e vivendo como cidadãos com direitos e deveres. A escola parece reproduzir estas concepções, pois a inclusão é uma necessidade visível, mas tem encontrado enormes barreiras para que de fato possa ser efetivada.

Talvez a barreira mais forte seja o preconceito, ainda muito presente tanto fora quanto dentro das escolas e estas parecem disseminá-lo à medida que não atende as necessidades dos alunos com deficiência.

Segundo Voivodic (2004), as interações entre crianças com e sem necessidades especiais são determinantes para a concretização de processos de inclusão escolar e, por isso, há necessidade de mais investimentos em estudos sobre esses processos. A caracterização dessas interações, além de constituir importante ampliação no conhecimento científico, possibilitará avaliar as variáveis facilitadoras e dificultadoras do estabelecimento de vínculos de cooperação e amizade. Esta avaliação é fundamental para a organização de contingências no sentido de aumentar a probabilidade de obtenção de sucesso no processo de inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

Além disso, por meio do conhecimento das características das interações entre alunos com Síndrome de Down e seus colegas de turma será possível identificar deficiências e limitações, nos processos de inclusão em vigor, que constituem necessidades de intervenção para educadores. A produção de conhecimento sobre interações entre alunos com e sem necessidades especiais no sistema regular de ensino servirá de subsídio para o planejamento e aprimoramento

de processos de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, base para a construção de uma sociedade, cujos integrantes sejam capazes de respeitar e valorizar suas diferenças.

Com instrumentos de coleta de dados foi feita a observação da realidade na Escola Projetista, localizada no Conjunto Bugio, em Aracaju. Foram coletados os dados referentes ao questionário que foi aplicado a professora. Foi constatado que a criança com Síndrome de Down interage bastante com seus colegas de classe. Na turma observada, existe apenas uma criança com esta síndrome, a mesma envolve-se com todos, pois é uma criança bastante inteligente, carinhosa e capaz, igual a todas as outras crianças. Verificamos com a professora o método de ensino, ela enfatizou que é o mesmo método usado com todas as crianças.

Percebemos que a interação da criança com Síndrome de Down perante os seus colegas, é de grande satisfação, pois eles socializam-se sem nenhum tipo de preconceito, todos brincam e se divertem. A criança com Síndrome de Down no âmbito escolar é tratada como todas as crianças sem nenhum tipo de indiferença, pois ela se desenvolve muito bem com todos. Esta criança apresenta características de interação social muito semelhante às das crianças com desenvolvimento típico, ou seja, sem comprometimento motor, cognitivo e sensorial. A escola é o mais importante contexto de socialização, é ela encarregada da transmissão de conhecimento e valores, influencia o desenvolvimento social, desenvolve as habilidades e envolve o sujeito no mundo de diferenças, mas de oportunidades para todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é um meio privilegiado para alcançar a inclusão social, algo que não deve ser alheio aos governos e estes devem dedicar os recursos econômicos necessários para estabelecê-la. Mais ainda, a inclusão não se refere somente ao terreno educativo, mas o verdadeiro significado de ser incluído.

A educação escolar das pessoas com Síndrome de Down é de grande importância e é determinante, inclusive no processo de estimulação inicial. Compete ao professor de turmas especiais trabalharem pedagogicamente, desenvolvendo nos

alunos capacidades de praticarem atividades diárias, sobretudo a interação com professores e colegas de classe.

Para isso, profissional especializado e cuidados especiais devem ser tidos como prioridades a fim de facilitar e possibilitar um maior rendimento e desenvolvimento educacional dos portadores de tal síndrome.

Quanto à educação familiar, deve ser como a de qualquer outra pessoa, necessita de bastante interação para que o educando com Síndrome de Down se socialize com todos que compõem o seu círculo familiar, participando das atividades familiares, ampliando seu direito de cidadania e até mesmo desenvolvendo uma atividade profissional.

As questões relativas à autoestima, relacionamentos, processos de escolarização, competências, confiança, empregabilidade, assim como os aspectos significativos da vida desses sujeitos, devem ser valorizados e trabalhados numa perspectiva social.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação: **O Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Brasília, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Projetos de Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2003.

GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2. ed. Curitiba: Ibepe, 2007.

KIRK, Samuel A; GALLAGHER, James J. **Educação da criança excepcional**. Tradução Marílea Zanella Snvicente. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. São Paulo: Faculdade de Educação: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MARTINS, Lúcia de Araujo Ramos. **A inclusão escolar dos portadores de síndrome de Down: o que pensa os educadores?** Natal: Edufrn, 2002.

SASSAKI, R.K. **Inclusão** : Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SCHWARTZAN, J. S. **Síndrome de down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca** e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha, 1994.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.